

ACESSO À JUSTIÇA: EM BUSCA DE UM PROCESSO EFETIVO¹

ACCESS TO JUSTICE: IN SEARCH OF AN EFFECTIVE PROCESS

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes²

Carolina Paes de Castro Mendes³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre as reformas processuais que caracterizam o movimento de acesso à justiça contemporâneo, marcado pela busca pela efetividade do processo. Para tanto, serão abordadas, a partir da pesquisa bibliográfica, as definições contemporâneas do princípio do acesso à justiça e de processo efetivo. Em seguida, o trabalho irá tratar das reformas processuais como uma das vias para a construção de um processo efetivo, destacando-se a importância do direito comparado, da técnica e do papel do jurista. Por fim, serão identificadas medidas complementares à atividade legislativa que se mostram necessárias para alcançar a efetividade do processo. Conclui que o acesso à justiça corresponde a um efetivo acesso à ordem jurídica justa e destaca a relevância do estudo do direito comparado e da atuação dos sujeitos envolvidos no processo em prol da efetividade. Apresentam-se as conclusões sobre a efetividade do processo a partir das lições de direito comparado e da relevância da atuação dos sujeitos envolvidos no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça; reformas processuais; efetividade.

ABSTRACT: The present article aims to present reflections on the procedural reforms that characterize the movement of access to justice. Therefore, the contemporary concept of access to justice and effective procedure will be defined from bibliographical research. After, this work will focus on the procedural reforms as a way of constructing an effective procedure, emphasizing the importance of the comparative law, technique, and work of jurists. Finally, complementary measures to the legislative activity in order to achieve an effective procedure will be identified. It concludes that access to justice corresponds to effective access to a fair legal order and highlights the relevance of studying comparative law and the performance of the subjects involved in the process in favor of effectiveness.

KEYWORDS: Access to justice; procedural reforms; effectiveness.

¹ Artigo recebido em 12/12/2022, sob dispensa de revisão.

² Desembargador Federal. Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Estácio de Sá (Unesa). Pós-Doutor pela Universidade de Regensburg, Alemanha. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela *Johann Wolfgang Goethe Universität* (Frankfurt am Main, Alemanha). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Membro e diretor da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ), do Instituto Ibero-americano de Direito Processual (IIDP), e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) Membro da International Association of Procedural Law (IAPL). Rio de Janeiro/RJ. E-mail: aluismiendes@terra.com.br

³ Doutoranda e Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Advogada. Rio de Janeiro/RJ.



INTRODUÇÃO

Previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 (CRFB/88) e no art. 3º do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), o acesso à justiça é considerado um princípio processual constitucional essencial ao funcionamento do Estado de Direito, cujo objetivo é garantir a isonomia substancial. No exercício da jurisdição, esse dever se traduz na garantia de acesso à justiça. Nesse sentido, o processo se caracteriza como um meio para que o Estado atinja seus fins sociais, político e jurídico no exercício da jurisdição. Assim, o processo deve servir de instrumento de pacificação social pela resolução de conflitos, sendo esta entendida como a finalidade da jurisdição contemporânea.⁴

Para tanto, é necessário um processo justo que seja capaz de dar efetividade aos direitos materiais. O acesso à justiça corresponde, portanto, a um efetivo acesso à ordem jurídica justa.⁵ A tutela jurisdicional deve ser acessível, instrumental, efetiva, adequada e pacificadora.

Diante do caráter instrumental do processo, este será efetivo quando constituir um instrumento eficiente para a realização do direito material.⁶ A eficácia concreta dos direitos constitucional e legalmente garantidos depende da tutela jurisdicional efetiva, que é, ao mesmo tempo, uma garantia e um direito fundamental para garantir a dignidade da pessoa humana. A tutela jurisdicional efetiva passou a ser reconhecida como um direito fundamental a partir da constitucionalização e internacionalização dos direitos fundamentais. O direito processual estabelece princípios e regras que confirmam ao processo a mais ampla efetividade, ou seja, o maior alcance prático e o menor custo possível visando à proteção concreta dos direitos dos cidadãos.

⁴ PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A Releitura do Princípio do Acesso à Justiça e o Necessário Redimensionamento da Intervenção Judicial na Contemporaneidade. In: *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 241-271, set.-dez., 2019.

⁵ WATANABE, Kazuo. *Acesso à Justiça e Sociedade Moderna*. In: Participação e Processo, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1988, p. 128.

⁶ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Por um processo socialmente efetivo*. In: Temas de direito processual, oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 15-28.



O processo judicial deve observar os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, precisa atender a um conjunto de regras mínimas a que se convencionou chamar de garantias fundamentais do processo. Esse conjunto pode ser sintetizado nas denominações de “devido processo legal” ou “processo justo”.

Nesse aspecto, é importante ressaltar os diferentes elementos que compõem direito processual, superando o mero aspecto normativo. Não se pode perder de vista que o direito processual está inserido em um ordenamento social em que as pessoas, as instituições, a economia, a cultura etc. refletem sobre os efeitos práticos do processo.⁷

Em razão disso, fala-se em “efetividade social” do processo: “*será socialmente efetivo o processo que se mostre capaz de veicular as aspirações da sociedade como um todo e de permitir-lhes a satisfação por meio da Justiça*”.⁸

Um dos caminhos para a busca pela efetividade é a atividade legislativa, dando origem aos movimentos de reforma. O movimento legislativo – reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade – deve ser acompanhado da atividade do operador do direito. É inegável o papel do jurista na análise crítica dos institutos do Direito Processual e da estrutura judiciária para a evolução e o aprimoramento do processo. Sobre o tema, escreveu o professor Barbosa Moreira: “*ninguém desconhecerá a relevância que vem assumindo, entre nós, a ação de juristas empenhados em sugerir ao legislador iniciativas reformistas e em oferecer-lhes subsídios concretos para a realização da tarefa*”.⁹ Cappelletti destaca igualmente a “*responsabilidade do jurista no plano de elaboração, ou da projeção, das reformas, de modo a responderem, a contento, aos critérios da acessibilidade*”.¹⁰

⁷ CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144, Jan / 1991.

⁸ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Por um processo socialmente efetivo*. In: Temas de direito processual, oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 15-28.

⁹ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo*. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual. Sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.

¹⁰ CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144, Jan / 1991.



Nesse sentido, mostra-se necessária a reflexão sobre o sistema processual vigente dando continuidade à (longa) caminhada em busca do modelo mais adequado à realidade social, política e econômica brasileira, e, sobretudo, eficiente.

Considerando o advento do Código de Processo Civil de 2015 (CPC) é imperioso observar as consequências das mudanças legislativas. José Carlos Barbosa Moreira destaca que “*cumpre renunciar à ilusão de que a vida da norma termina no momento em que começa a vigor*” e “*depois de reformar a lei, impende acompanhar de perto, com lentes adequadas a repercussão da reforma no dia a dia forense*”.¹¹

Em um artigo publicado em 1989 (mas cujas observações permanecem atuais), o professor Barbosa Moreira já apontava a necessidade constante de refinamento do direito processual.¹²

Outro importante instrumento para o aprimoramento do direito processual e projeção de reformas é o Direito Comparado. Os autores alemães Zweigert e Kotz já destacavam este estudo como meio de correção dos problemas atinentes à ciência do Direito.¹³ No mesmo sentido, o primeiro autor deste texto teve a oportunidade de afirmar:¹⁴

“Assim, o Direito Comparado torna-se uma verdadeira “usina de ideias”, rica em uma gama de possíveis soluções, na medida em que potencializa maiores chances de construção de melhores instrumentos para um determinado país, sendo certo que não há mais razões para que se restrinjam as pesquisas no âmbito nacional.”

No mesmo sentido, escreveu Mauro Cappelletti:¹⁵

A análise comparativa exercita de fato, na ciência social, o extenso papel do laboratório experimental nas ciências naturais, porque torna

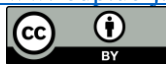
¹¹ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O futuro da justiça: alguns mitos. In: *Revista de Processo*, 2004. p. 141-150.

¹² “(...) não existe construção científica que se possa dizer definitivamente concluída, e na do processo há decerto lugar para boa quantidade de retoques e acabamentos, quando não de reformas substanciais ou de restaurações mais ou menos extensas”. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo*. In: Temas de direito processual. Quarta Série. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 12

¹³ ZWIGERT, Konrad; KÖTZ, Heinz. *Einführung in die Rechtsvergleichung*. Tübingen, Alemanha: Mohr Siebeck, 1996.

¹⁴ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Ano 14. Volume 21. Número 2. Maio a Agosto de 2020. p. 1-19.

¹⁵ CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144, Jan / 1991.



possível experimentar uma solução adotada em vários países, a principal das razões dos sucessos e insucessos, a descoberta, enfim, das grandes tendências evolutivas e ainda a previsão das prováveis direções futuras.

A comparação de diferentes sistemas jurídicos pode se dar de duas formas: microcomparação e macrocomparação. Pela macrocomparação, identificam-se tendências evolutivas dos sistemas; compara-se a lógica e o procedimento inerentes ao sistema; os métodos adotados; os estilos de codificação; importância das fontes etc. A microcomparação, por sua vez, está ligada à comparação individual de institutos ou problemas jurídicos. Nesta, olha-se para o direito estrangeiro com o objetivo de comparar com a ordem interna nacional.¹⁶

A partir da macrocomparação é possível analisar os modelos processuais adotados em outros países e identificar tendências evolutivas. No texto “*L’evoluzione dei processi civili di cognizione nella prospettiva comparata: un recente libro*” de Antonio Carrata, o autor aponta para a aproximação entre os sistemas de *civil law* e *common law*, identificando problemas e dificuldades inerentes a essas transformações.¹⁷ Ressalta-se que a busca pela efetividade é um aspecto comum a todos os sistemas.

A seguir, será apresentado o acesso à justiça como o movimento de pensamento que vem marcando o direito processual nas últimas décadas.

1. O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O acesso à justiça tem previsão constitucional no artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB/88, que dispõe que “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”. Conferindo garantia ainda mais ampla, que extrapola os limites do

¹⁶ ALMEIDA, Carlos Ferreira de e CARVALHO, Jorge Morais. *Introdução ao Direito Comparado*. 3ª ed., Coimbra: Edições Almedina, 2017, p. 13.

¹⁷ CARRATTA, Antonio. *L’evoluzione dei processi civili di cognizione nella prospettiva comparata: un recente libro*. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 2016. Vol. LXXI, p. 1215-1228.



Poder Judiciário, o artigo 3º do CPC/15 determina que “[n]ão se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”.

A diferença entre o comando constitucional e infraconstitucional revelam que o acesso à justiça na contemporaneidade não está restrito ao mero acesso aos órgãos judiciais e ao aparelho judiciário estatal, devendo representar um efetivo acesso à ordem jurídica justa que viabilize a obtenção de justiça substancial. Portanto, há uma expansão do acesso à justiça para além das fronteiras do Poder Judiciário. À luz do conceito moderno de acesso à justiça, o princípio da inafastabilidade da jurisdição deve ser entendido como acesso ao sistema multiportas, isto é, não está limitado ao Poder Judiciário, estendendo-se aos demais meios de solução de conflitos. Há uma preocupação com a efetiva pacificação do conflito.

O professor Paulo Cezar Pinheiro Carneiro aponta para quatro subprincípios do acesso à justiça. São eles: acessibilidade, operosidade, utilidade e proporcionalidade.

A acessibilidade diz respeito à garantia a todos os jurisdicionados, independentemente da condição financeira, da possibilidade concreta de utilizar os instrumentos processuais com vistas a efetivar os direitos individuais e coletivos.

De acordo com o princípio da operosidade, os sujeitos que participam direta ou indiretamente da atividade judicial ou extrajudicial devem atuar de forma mais produtiva possível para assegurar o efetivo acesso à justiça. Para tanto, é indispensável a atuação ética e a utilização dos institutos processuais de forma a obter o máximo de produtividade para alcançar um resultado mais justo.

Pelo princípio da utilidade, o processo deve ter a capacidade de assegurar ao vencedor tudo aquilo que faz jus em razão da violação de seu direito. Isso deve ocorrer da forma mais rápida e proveitosa, mas, ao mesmo tempo, menos prejudicial ao vencido.

O princípio da proporcionalidade, por sua vez, se projeta a todo tempo no processo, levando o juiz a fazer escolhas em favor do interesse a ser prestigiado. O julgador deve comparar princípios e interesses em jogo, optando por aquele que considerar mais valioso. Assim, este princípio influencia os princípios da operosidade e utilidade.



Segundo Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, este direito fundamental “*contém, em sua essência, todas as demais garantias constitucionais, aqui resumidas: do direito à informação e de participação no devido processo legal, ao resultado justo e efetivo*”.¹⁸

Em continuação, o professor explica:

“Em suma, o acesso somente será pleno quando a informação dos direitos for adequada, estiver garantida a participação de quem quer que seja no devido processo legal e que assegura à parte, quem tem o melhor direito, a receber o mais rápido possível o bem da vida a que faz jus.”

Na mesma linha, Kazuo Watanabe descreve que o acesso à justiça é composto pelos (a) direito à informação e conhecimento do direito substancial; (b) direito de acesso à justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; (c) direito à preordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a efetiva tutela dos direitos e revisão e aprimoramento dos instrumentos processuais; e (d) direito à remoção dos obstáculos (econômicos, geográficos e burocráticos) ao acesso à justiça assim entendido.¹⁹ Resta claro a partir dessa teoria que a revisão dos instrumentos processuais deve ser possível para que se alcance um processo justo.

Leonardo Greco aponta ainda que “[a] garantia do acesso à justiça não se esgota no direito de provocar o exercício da função jurisdicional, mas abrange também o direito de defesa, ou seja, o direito de ser ouvido e de influir na atividade jurisdicional”.²⁰

Mauro Cappelletti aponta para o movimento de acesso à justiça como “*uma importante, talvez a mais importante, expressão de uma radical transformação do pensamento jurídico e das reformas normativas e institucionais em um número crescente de países*”. O professor Paulo Cezar Pinheiro Carneiro destaca que este movimento teve início no Brasil a partir de 1980 e, diferentemente do que ocorreu na Europa, foi “*um movimento concentrado, uma grande e única onda*”.

¹⁸ CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários aos arts. 1º a 15*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2016.

¹⁹ WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e Sociedade Moderna. In: Participação e Processo, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1988, p. 128.

²⁰ GRECO, Leonardo. *Garantias fundamentais do processo: o processo justo*. In: Estudos de direito processual. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, p. 225-286, 2005.



Cappelletti diferencia duas vertentes desta onda: (i) cultural, como movimento de pensamento; e (ii) prática, como movimento de reforma normativa, institucional e processual.²¹ O acesso à justiça é, em síntese, motivador de um programa de reforma para tornar efetivos os direitos garantidos.

2. A BUSCA PELA EFETIVIDADE

A efetividade do processo diz respeito à entrega da prestação jurisdicional. O Professor Fredie Didier Jr. define o processo efetivo como aquele “*que realiza o direito afirmado e reconhecido judicialmente*”.²²

O CPC/15 vai além da efetividade ao introduzir entre as normas fundamentais do processo o princípio da eficiência em seu artigo 8º:

“Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.”

A eficiência é a garantia de um processo efetivo com o mínimo de recursos, atendendo à economia processual. Em outras palavras, um processo eficiente promove os fins do processo de modo satisfatório. Assim, um processo pode ser efetivo sem ser eficiente, mas não poderá ser eficiente sem ser efetivo.

Pode-se dizer que o direito a um processo efetivo tem matriz constitucional em virtude do princípio da duração razoável do processo (art. 5º, inciso LXXVIII), como corolário do devido processo legal (art. 5º, incisos LIV e LV) ou em consequência lógica do acesso à justiça (art. 5º, inciso XXXV).

²¹ CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144, Jan / 1991.

²² DIDIER JR., Fredie. In: CABRAL, Antonio dos Passos. CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 34.



Em seu artigo “*Efetividade do processo e técnica processual*”, o professor e jurista José Carlos Barbosa Moreira ressalta a preocupação da doutrina e demais operadores do direito em tornar o processo efetivo, tanto no Brasil como em outros países.²³

Em outra obra do mesmo autor,²⁴ foram elencados cinco itens que constituem o chamado “programa básico” em prol da efetividade, aceito por considerável parcela da doutrina. Em primeiro lugar, devem ser legalmente previstos instrumentos de tutela adequados à garantia de todos os direitos do ordenamento jurídico (sejam expressamente garantidos ou implicitamente extraídos). Em segundo lugar, os instrumentos previstos devem ter utilidade prática. Em terceiro lugar, o processo deve assegurar condições para a exata e completa reconstituição dos fatos a fim de que o convencimento do juiz corresponda, na medida do possível, à realidade. Em quarto lugar, o resultado do processo deve entregar ao jurisdicionado o que ele faz jus. Em quinto e último lugar, a consecução desse resultado deve ser alcançada com o mínimo de dispêndio de tempo e energia.

Contudo, Barbosa Moreira alerta para os riscos do pensamento ordenado à efetividade. O primeiro risco consiste em tomar a efetividade como valor absoluto e buscar cegamente alcançá-la de modo que nada importaria senão tornar o processo efetivo e nenhum preço seria excessivo para atingir essa meta. Como adverte no artigo “*Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo*”:

“No universo processual – se nos permitem repetir o que já dissemos alhures – há pouco espaço para absolutos, e muito para a interação recíproca de valores que não deixam de o ser apenas porque relativos. Nem os mais altos princípios devem ser arvorados em objetos de idolatria: para usarmos expressão em voga em outros setores, todos admitem certa dose de flexibilização.”²⁵

²³ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Efetividade do processo e técnica processual*. In: Temas de direito processual, sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 17-29.

²⁴ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Notas sobre o problema da efetividade do processo*. In: Temas de direito processual, terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984. p. 27 e ss.

²⁵ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo*. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual. Sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.



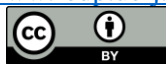
O segundo risco está associado à própria ideia de efetividade que deve, em si, compatibilizar diferentes valores, por exemplo, os valores celeridade e verdade devem ser equilibrados para atender à duração razoável do processo.

O terceiro risco é o de desconsiderar os trabalhos já realizados no passado ou iniciados para a construção de uma dogmática e renegar a técnica. Neste ponto, destaca-se a importância da técnica nos processos de reforma. Deficiências técnicas na formulação da norma geram dúvidas e controvérsias que, por sua vez, levam à interposição de mais recursos. Consequentemente, tem-se uma sobrecarga de trabalho dos órgãos judiciais. Deficiências na aplicação da norma, por sua vez, levam à inútil sobrevivência de processos. Em síntese, ambos prejudicam a efetividade e oneram de forma excessiva e desnecessária a máquina judiciária.

3. AS REFORMAS PROCESSUAIS COMO VIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO EFETIVO

Conforme mencionado, o direito processual é uma ciência em constante evolução, sendo objeto de contínuas mutações. Uma vez que o direito deve caminhar junto com a sociedade, os movimentos de reforma marcam a história do direito processual. Essas reformas refletem transformações sociais, políticas e econômicas. Como exposto por Cappelletti:

“O aspecto normativo do direito não é renegado, mas é visto como um dos elementos, e não menos o mais importante, posto que primeiramente são as pessoas (com todas as suas peculiaridades culturais, econômicas, sociais), as instituições, os processos, pessoas, instituições e processos através dos quais o direito vive, se forma, desenvolve e se impõe. Em outras palavras, o direito é visto não como um sistema separado, autônomo, auto-suficiente, "autopoético", mas como parte integrante de um mais complexo ordenamento social, (...) não há mais sentido estudar, ou conceber ou ensinar o direito processual exclusivamente em seus aspectos normativos: estes vão integrar, afirmo, na visão de alguns destes atores (partes, juiz, testemunhas etc), das instituições e dos procedimentos examinados sob os aspectos sociais, éticos, culturais, econômicos, a acessibilidade, em suma, do fenômeno processual ao indivíduo, aos grupos, à sociedade - e assim,



por exemplo, as custas, a duração, os efeitos dos processos e da atividade jurisdicional, como puro impacto que o fenômeno idêntico exerce sobre os indivíduos, grupos e sociedade.”²⁶

Como visto, as reformas processuais são impulsionadas atualmente, em geral, pela busca pela efetividade. José Carlos Barbosa Moreira sustenta que, embora as reformas sigam caminhos diferentes, é possível identificar o objetivo comum de melhorar o processo e adequá-los aos anseios e necessidades sociais:

“Compreensivelmente grande é a variedade de formas e cores de que se reveste o espetáculo das mudanças – diferentes que são, de um para outro caso, as circunstâncias, e cambiante a direção em que sopram os ventos ideológicos, conforme sói ocorrer em sociedade pluralísticas. Não se mostra difícil, todavia, descobrir uma constante: o propósito de elevar o nível do serviço judiciário. Generalizou-se a convicção de que o desempenho dos órgãos da Justiça não vem correspondendo às demandas e expectativas, ampliadas a cada instante, das populações de hoje. Terão, pois, as reformas processuais, onde quer e como quer se compreenda, uma fonte comum de inspiração no desígnio de pôr o funcionamento do mecanismo jurisdicional em plano mais compatível com aquelas expectativas e demandas.”

É evidente que as reformas processuais dependem necessariamente da atuação do legislador para a modificação do panorama normativo. Contudo, há de se fazer uma importante ressalva. A função dos operadores do direito, incluindo os esforços doutrinários, são indispensáveis na formulação das normas. A reflexão jurídica é essencial para a busca da efetividade. Não se pode falar, portanto, em primazia do plano político no processo de reforma. Ambos são instrumentos necessários e devem ser conjugados.

Contudo, como corretamente afirmado por Barbosa Moreira “*a norma jurídica não tem, com efeito, em si e por si, o poder de transfigurar a realidade*”.²⁷ A atuação dos juristas é imprescindível também na aplicação das normas para garantir a efetividade do processo. Aqui, cumpre relembrar o princípio da operosidade descrito pelo professor Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, que demanda a adoção, por parte de todos os sujeitos

²⁶ CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144, Jan / 1991.

²⁷ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo*. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual*. Sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.



envolvidos no processo, da conduta mais produtiva e laboriosa possível com vistas a assegurar o efetivo acesso à justiça. Como visto anteriormente, isso requer uma atuação ética e utilização dos instrumentos e institutos processuais de forma a atingir esse fim.

Quanto à atuação ética, cujo objetivo é possibilitar a justa composição do conflito, há de se salientar a importância do papel do juiz como personagem que personifica o justo e a justiça. Não por outro motivo, exige-se maior rigor em relação ao seu comportamento, devendo observar normas éticas e morais em vista de seu compromisso com a jurisdição e com a sociedade. Para que o processo seja efetivo, o juiz deve se preocupar em dar razão àquele que tem o direito material. O foco deve ser a qualidade, e não a quantidade, de suas sentenças. Também o advogado deve ter atuação ética uma vez que exerce múnus público.

Em relação à utilização dos instrumentos e meios processuais corretos, frisa-se a responsabilidade das partes de conduzir o processo de maneira adequada, mas sobretudo do juiz, que dirige o processo. O juiz tem o dever de tomar as medidas cabíveis e necessárias para adequar o processo ao caso concreto.

Mais uma vez, José Carlos Barbosa Moreira traz uma lição pertinente ao tema, ao defender que a efetividade social do processo depende da maneira como este é conduzido pelo órgão judicial:

“A lei concede ao juiz muitas oportunidades de intervir no sentido de atenuar desvantagens relacionadas com a disparidade de armas entre os litigantes. Todavia, uma coisa é o que reza a lei, outra o que dela retira o órgão processante. [...] nenhum sistema processual, por mais bem inspirado que seja em seus textos, se revelará socialmente efetivo se não contar com juízes empenhados em fazê-lo funcionar nessa direção.”

Outrossim, há de se salientar também o papel instrumental da técnica nos processos de reforma. Questões técnicas são inerentes ao direito e não podem ser desprezadas. O compromisso do processualista com o direito processual envolve a problemática social e política do processo, mas sem deixar de lado a preocupação com a técnica. É preciso denunciar a falsa ideia entre a efetividade e a boa técnica. Não se trata de valores contrastantes ou incompatíveis, nem dão origem a preocupações excludentes. Ao contrário, são valores complementares que merecem atenção. A técnica bem aplicada



pode constituir precioso instrumento para a efetividade. Assim, as reformas envolvem uma ponderação dos valores sociais, políticos e econômicos, em combinação com o manejo inteligente dos instrumentos técnicos.

Por fim, cabe frisar o relevo da análise comparativa para as mudanças legislativas. Michele Taruffo afirma que “*o melhor modo de conhecer o próprio ordenamento é o de conhecer outros ordenamentos*”.²⁸ Como mencionado, o direito comparado permite estudar as soluções aplicadas em outros ordenamentos jurídicos e avaliar a efetividade das medidas antes de importá-las para o direito nacional. O Professor Aluisio Gonçalves de Castro Mendes explica a importância do Direito Comparado como fonte de inspiração para o direito nacional:

“Nesse cenário, o direito não pode ser entendido apenas como a ciência da interpretação de normas nacionais, pelo contrário, deve compreender a busca por modelos de prevenção e resolução de conflitos sociais no contexto de uma sociedade globalizada. Assim, o Direito Comparado torna-se uma verdadeira “usina de ideias”, rica em uma gama de possíveis soluções, na medida em que potencializa maiores chances de construção de melhores instrumentos para um determinado país, sendo certo que não há mais razões para que se restrinjam as pesquisas no âmbito nacional.[...] O Direito Comparado possui uma enorme significação em termos de oxigenação de ideias, podendo se mencionar mesmo que representa uma excitante atividade intelectual, capaz de transportar os seus precursores e realizadores para realidades distantes e inicialmente inimagináveis. [...] Nesse sentido, o estudo comparado pode servir como material para o legislador desenvolver propostas de reforma e aprimoramento do próprio sistema jurídico”²⁹

A comparação de diferentes sistemas jurídicos pode se dar pela microcomparação e/ou macrocomparação. Na macrocomparação, identificam-se tendências evolutivas dos sistemas; compara-se a lógica e o procedimento inerentes ao sistema; os métodos adotados; os estilos de codificação; importância das fontes etc. A microcomparação, por sua vez, está ligada à comparação individual de institutos ou problemas jurídicos. Nesta,

²⁸ TARUFFO, Michele. *Processo civil comparado*: Ensaios. São Paulo: Marcial Pons, 2013, p. 12.

²⁹ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Ano 14. Volume 21. Número 2. Maio a Agosto de 2020. p. 1-19.



olha-se para o direito estrangeiro com o objetivo de comparar com a ordem interna nacional.³⁰

A partir da macrocomparação é possível analisar os modelos processuais adotados em outros países e identificar tendências evolutivas. No texto “*L’evoluzione dei processi civili di cognizione nella prospettiva comparata: un recente libro*” de Antonio Carrata, o autor aponta para a aproximação a partir de 1960 entre os sistemas de *civil law* e *common law*, superando a tradicional distinção entre os dois modelos. Com isso, houve o surgimento de sistemas chamados de ‘mistos’, que adotam soluções dos dois modelos considerados não conciliáveis, sem choques culturais aparentes.

O Brasil não ficou fora desse fenômeno. Em trabalho publicado em 2001, mas que permanece sendo atual, José Carlos Barbosa Moreira já apontava em seu artigo “O Processo Civil Brasileiro entre dois mundos” para a ampliação da importância do universo anglo-saxônico no Direito Processual Brasileiro, embora este ainda estivesse inserido no sistema jurídico romano-germânico. Embora o CPCP/15 tenha aproximado ainda mais os sistemas, por exemplo, com a instituição de um sistema de precedentes, a assertiva continua sendo verdadeira.

Antonio Carrata aponta que, nesse contexto, surgiu uma nova propensão de comparar os sistemas a partir de suas analogias, e não mais sinalizar as diferenças e incompatibilidades. O referido trabalho identifica as transformações do processo ao longo desse caminho de progressiva aproximação entre os sistemas de *civil law* e *common law*.³¹ São examinadas as mudanças no procedimento comum dos processos de conhecimento, que sofreu contaminação dos diferentes modelos.

O primeiro problema revelado foi a crise do “único” rito para o processo de conhecimento, o que resultou na diferenciação dos procedimentos por matéria (com a consequente multiplicidade de procedimentos especiais) ou na adaptação ou flexibilização do procedimento de acordo com as especificidades do caso ao conferir mais

³⁰ ALMEIDA, Carlos Ferreira de e CARVALHO, Jorge Morais. *Introdução ao Direito Comparado*. 3ª ed., Coimbra: Edições Almedina, 2017, p. 13.

³¹ CARRATTA, Antonio. *L’evoluzione dei processi civili di cognizione nella prospettiva comparata: un recente libro*. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 2016. Vol. LXXI, p. 1215-1228.



poderes ao juiz, solução que vem se tornando mais comum. No Brasil, optou-se por combinar as duas propostas, sendo previstos procedimentos especiais, mas também admitida a adequação típica e atípica, judicial e negocial/convencional pelas partes.

Outros problemas encontrados foram o excesso e a complexidade de litígios, que exigem que o sistema se adapte para dar respostas adequadas quanto à formação dos magistrados (como o tempo de exigência de atividade jurídica prévia ao ingresso na magistratura, cursos de aperfeiçoamento, etc.), papel do juiz no processo e formação e papel dos advogados.

Uma dificuldade mapeada foi em relação à forma como disciplinar o processo. Há uma tendência do *common law* de articular a legislação processual em codificações. Isso precisa ser compatibilizado com o surgimento de novas fontes que podem levar à erosão dos códigos, por exemplo, pela implementação de princípios de natureza processual reconhecidos em convenções internacionais. Essa nova forma de lidar com os problemas e institutos processuais do processo civil adotada pelos sistemas jurídicos contemporâneos justifica uma preocupação com a atividade legislativa nacional. É fundamental que se tenham uma visão ampla sobre a forma de superação do contraste anterior, convergindo para soluções que mostrem perfis de proximidade. É possível perceber a diferença entre as abordagens que são legado do passado e cenários recentes que abrem espaço para inovações.

Esse quadro de mudanças afetou também a figura do advogado e seu papel no processo. Os clientes típicos, antes pessoas físicas individuais, foram substituídas por empresas. Com isso, a relação advogado-cliente sofreu despersonalização, o que foi fortalecido pelo crescimento dos escritórios de advocacia. Já atuação no processo, foi fortalecida a partir do modelo cooperativo adotado. O art. 6º do CPC determina que “[t]odos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”. Por último, isso tem efeitos práticos na formação profissional do advogado que deve suprir as lacunas da formação institucionalmente ministrada nas faculdades de direito.

Observou-se também que alguns sistemas implementaram alterações em relação à estrutura de fases do procedimento, como, por exemplo, pela introdução de uma fase



pretrial em alguns países. Além disso, verificou-se uma tendência em diversos sistemas processuais de reconhecer fortes poderes de gestão ao juiz. Ressalta-se que a busca pela efetividade é um aspecto comum a todos os sistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 (CRFB/88) e no art. 3º do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), o acesso à justiça é considerado um princípio processual constitucional essencial ao funcionamento do Estado de Direito, além de um movimento de pensamento que impulsiona reformas processuais.

O acesso à justiça corresponde a um efetivo acesso à ordem jurídica justa. À luz de seu conceito moderno, o princípio da inafastabilidade da jurisdição deve ser entendido como acesso ao sistema multiportas, isto é, não está limitado ao Poder Judiciário, estendendo-se aos demais meios de solução de conflitos. Há uma preocupação com a efetiva pacificação do conflito.

A efetividade do processo diz respeito à entrega da prestação jurisdicional. O CPC/15 vai além da efetividade ao introduzir entre as normas fundamentais do processo o princípio da eficiência em seu artigo 8º. A eficiência é a garantia de um processo efetivo com o mínimo de recursos, atendendo à economia processual. Assim, um processo pode ser efetivo sem ser eficiente, mas não poderá ser eficiente sem ser efetivo.

Pode-se dizer que o direito a um processo efetivo tem matriz constitucional em virtude do princípio da duração razoável do processo (art. 5º, inciso LXXVIII), como corolário do devido processo legal (art. 5º, incisos LIV e LV) ou em consequência lógica do acesso à justiça (art. 5º, inciso XXXV).

Observa-se uma preocupação da doutrina e demais operadores do direito em tornar o processo efetivo, tanto no Brasil como em outros países. Contudo, há de ser atenção aos riscos do pensamento ordenado à efetividade. O primeiro risco consiste em tomar a efetividade como valor absoluto. O direito processual é pouco receptivo quanto a valores absolutos, predominando a relativização e flexibilização para adequar o



processo. O segundo risco está associado à própria ideia de efetividade que deve, em si, compatibilizar diferentes valores. O terceiro risco é o de renegar a técnica.

Neste ponto, destaca-se a importância da técnica nos processos de reforma. A técnica bem aplicada pode constituir precioso instrumento para a efetividade.

Nos processos de reforma, deve-se reconhecer a importância da atuação do legislador no plano político, mas também do operador do direito na formulação e aplicação das normas. Ambos são necessários e devem ser conjugados.

Outrossim, a norma jurídica não tem o poder de transfigurar a realidade, sendo imprescindível o esforço dos sujeitos envolvidos no processo em prol da efetividade.

Por fim, cabe frisar o relevo da análise comparativa para as mudanças legislativas. Como mencionado, o direito comparado permite estudar as soluções aplicadas em outros ordenamentos jurídicos e avaliar a efetividade das medidas antes de importá-las para o direito nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de e CARVALHO, Jorge Morais. Introdução ao Direito Comparado. 3ª ed., Coimbra: Edições Almedina, 2017.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Efetividade do processo e técnica processual*. In: Temas de direito processual, sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. *Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo*. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual. Sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. O futuro da justiça: alguns mitos. In: *Revista de Processo*, 2004. p. 141-150.
- _____. *Por um processo socialmente efetivo*. In: Temas de direito processual, oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004.
- _____. *Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo*. In: Temas de direito processual. Quarta Série. São Paulo: Saraiva, 1989.
- CAPPELLETTI, Mauro. O acesso à justiça e a função do jurista em nossa época. In: *Revista de Processo*, vol. 61, p. 144-160, Jan / 1991.



- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Comentários aos arts. 1º a 15. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2016.*
- CARRATTA, Antonio. L'evoluzione dei processi civili di cognizione nella prospettiva comparata: un recente libro. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, 2016. Vol. LXXI, p. 1215-1228.
- DIDIER JR., Fredie. *In: CABRAL, Antonio dos Passos. CRAMER, Ronaldo. Comentários ao novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2016.*
- GRECO, Leonardo. *Garantias fundamentais do processo: o processo justo. In: Estudos de direito processual. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, p. 225-286, 2005.*
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. O Direito Processual Comparado no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*. Ano 14. Volume 21. Número 2. Maio a Agosto de 2020. p. 1-19.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A Releitura do Princípio do Acesso à Justiça e o Necessário Redimensionamento da Intervenção Judicial na Contemporaneidade. *In: Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 241-271, set.-dez., 2019.
- TARUFFO, Michele. *Processo civil comparado: Ensaios. São Paulo: Marcial Pons, 2013.*
- WATANABE, Kazuo. *Acesso à Justiça e Sociedade Moderna. In: Participação e Processo, Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1988.*
- ZWEIGERT, Konrad; KÖTZ, Heinz. *Einführung in die Rechtsvergleichung. Tübingen, Alemanha: Mohr Siebeck, 1996.*